

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Outubro/2017 (Dados de Agosto/2017)



Desempenho Fiscal

União registra deficit primário de R\$ 79,3 bilhões até agosto de 2017, após a meta de deficit anual ter sido alterada para R\$ 162,0 bilhões pela Lei 13.480/2017. No âmbito do governo central, expectativas de mercado apontam para deficit anual de R\$ 159,0 bilhões, exatamente o valor da nova meta recentemente aprovada.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		META LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM AGOSTO	ATÉ AGOSTO (A)	ORIGINAL	ALTERADA (B)	
Setor Público Consolidado	-9,5	-60,9	-143,1	-163,1	-102,2
União	-9,7	-79,3	-142,0	-162,0	-82,7
Governo Central	-9,9	-78,6	-139,0	-159,0	-80,4
Empresas Estatais Federais	0,2	-0,7	-3,0	-3,0	-2,3
Estados e Municípios	0,2	18,5	-1,1	-1,1	-19,6

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.408/2016 (LDO 2017), atualizada pela Lei 13.480/2017.

O resultado primário da União em agosto de 2017 foi deficitário em R\$ 9,7 bilhões. No acumulado do ano, apura-se deficit de R\$ 79,3 bilhões. Entre os grandes agregados fiscais, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que registrou deficit primário de R\$ 113,3 bilhões no período. Descontado o INSS, portanto, o resultado fiscal da União acumulado até agosto seria superavitário em R\$ 34,0 bilhões.

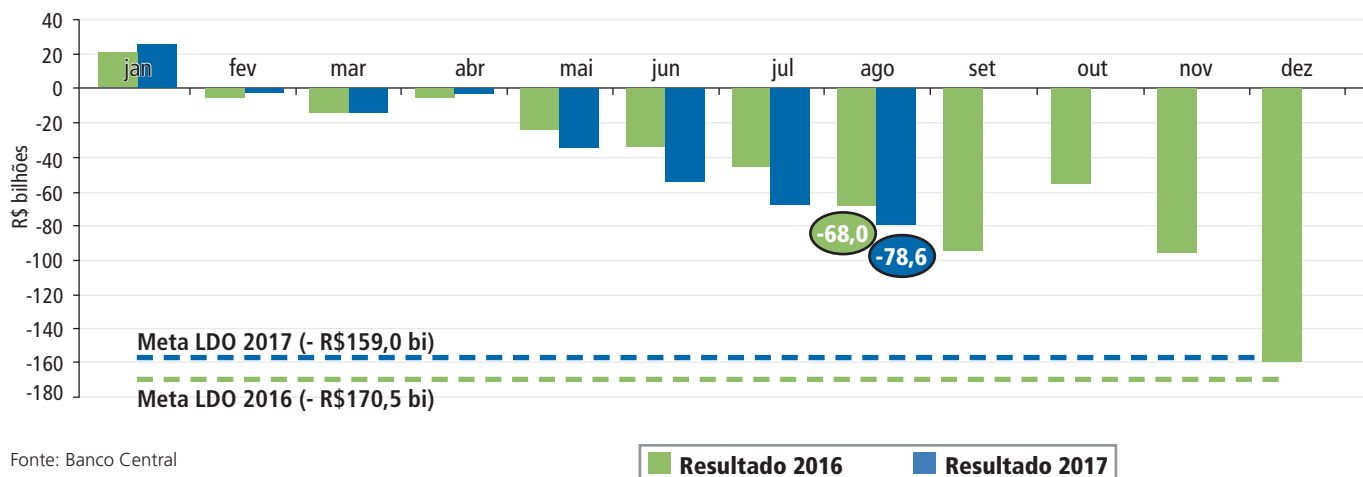
Em face do sério risco de descumprimento das metas fiscais originalmente fixadas, apontado em edições anteriores, o Poder Legislativo aprovou projeto que originou a Lei 13.480/2017, com vistas à ampliação das metas de deficit anual, conforme retratado no quadro acima.

Prospectivamente, destaca-se que, no âmbito do governo central (que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais), a mediana das projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (edição de setembro), aponta para deficit de R\$ 159,0 bilhões em 2017. Tal resultado equivale à meta de deficit de R\$ 159,0 bilhões constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

O atual quadro fiscal revela que, mesmo com a entrada em vigor do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95, de 2016), instituído com vistas à contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis, persiste o cenário de dificuldade de resgate do equilíbrio das contas públicas.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)

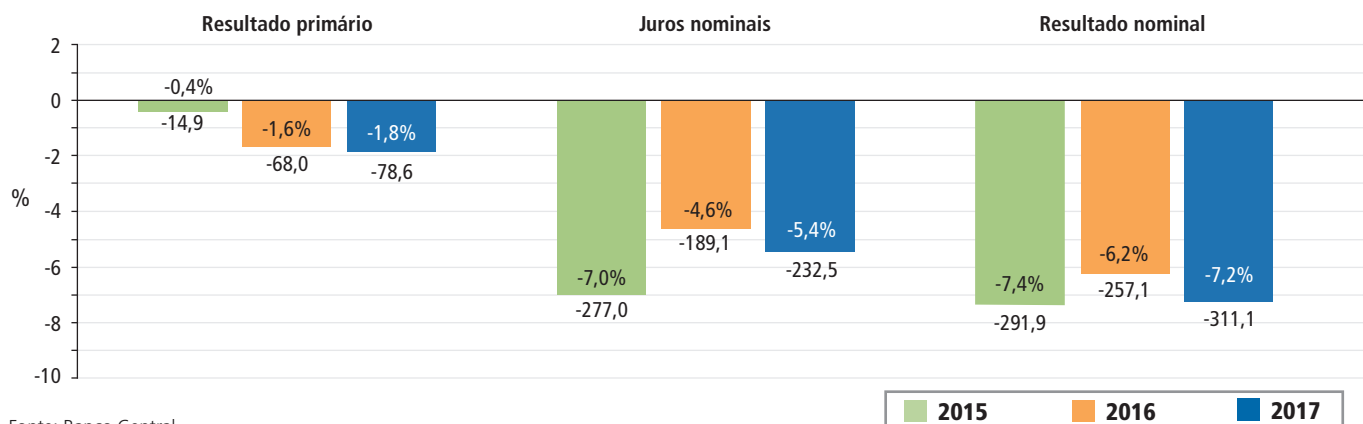


Em agosto de 2017, o governo central apresentou déficit primário de R\$ 9,9 bilhões, frente a déficit de R\$ 22,1 bilhões apurado no mesmo mês de 2016. No acumulado do

ano, o resultado foi deficitário em R\$ 78,6 bilhões (1,8% do PIB). No mesmo período de 2016, o déficit primário acumulado foi de R\$ 68,0 bilhões (1,6% do PIB).

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Até Agosto (R\$ bilhões e % do PIB)



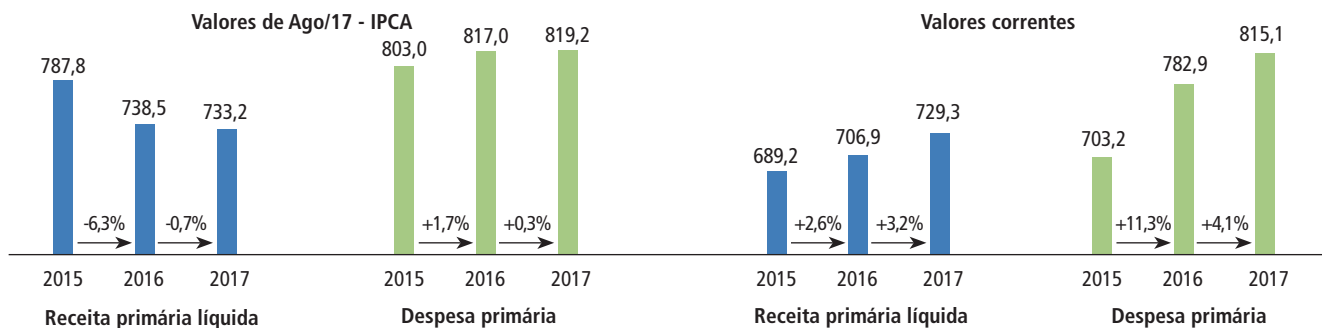
O resultado nominal do governo central até agosto de 2017 foi deficitário em R\$ 311,1 bilhões (7,2% do PIB). Em 2016, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 257,1 bilhões (6,2% do PIB).

Os juros nominais líquidos, apropriados por competência, alcançaram R\$ 232,5 bilhões (5,4% do PIB) até agosto deste ano, comparativamente aos R\$ 189,1 bilhões (4,6% do PIB) apurados no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções da taxa básica de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), atualmente no patamar de 8,25% a.a., as despesas reais com juros tendem a se manter elevadas ao longo do ano, tendo em vista a queda da inflação. Esse fato, somado à persistência do déficit primário e ao baixo crescimento econômico, mantém inalterado o preocupante cenário de crescimento do nível da dívida pública, conforme registrado no item F.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Ago (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 0,7% no período de janeiro a agosto de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária revelou leve crescimento real de 0,3%.

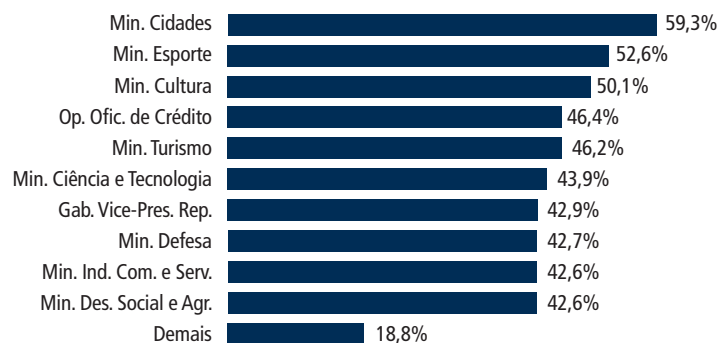
O decréscimo na receita líquida real é explicado basicamente pela redução expressiva da receita de concessões e permissões (R\$ 17,2 bilhões), decorrente do recebimento, no primeiro semestre de 2016, da maior parte do bônus de outorga referente a 29 usinas hidrelétricas, sem correspondência em igual período de 2017; atenuada pelo crescimento da receita administrada, em especial do imposto de renda retido na fonte (alta de 5,4%, cerca de R\$ 6,4 bilhões).

O comportamento observado no lado das despesas, por seu turno, decorre do crescimento de R\$ 21,8 bilhões dos gastos com benefícios previdenciários (6,7%) e de R\$ 18,0 bilhões das despesas com pessoal (10,7%), parcialmente compensado pela redução de R\$ 25,8 bilhões (14,6%) nas despesas discricionárias e de R\$ 11,9 bilhões (8,3%) em outras despesas obrigatórias.

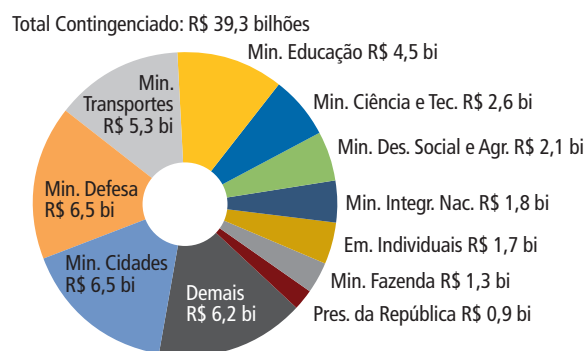
A contenção de despesas discricionárias, embora contribua, no curto prazo, para a geração de resultados primários menos desfavoráveis, não representa medida sustentável de recuperação do equilíbrio fiscal, pois é realizada à custa de elevado nível de contingenciamento.

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Contingenciamento por Órgão (% da dotação atual)



Contingenciamento por Órgão (R\$ bilhões)



Fonte: Decreto 8.961/2017, atualizado até o Decreto 9.164/2017, e Siga Brasil. Para as emendas individuais e as de bancada impositivas foram utilizados os montantes de execução obrigatória, R\$ 8,47 bilhões e R\$ 4,26 bilhões respectivamente, equivalentes a 1,2% e 0,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2016. Em ambos os casos, o percentual de contingenciamento foi de 19,9%.

Conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bimestre de 2017, o Poder Executivo apurou a possibilidade de ampliar em R\$ 12,8 bilhões o limite de empenhos das despesas discricionárias da União. Essa ampliação de empenhos (descontingenciamento) decorre da elevação em R\$ 20 bilhões da meta de deficit fiscal estabelecida na LDO, parcialmente compensada pela re-

dução de R\$ 4,9 bilhões na estimativa da receita primária líquida e pelo aumento de R\$ 2,3 bilhões na previsão de despesas primárias.

A redução da projeção da receita primária líquida é devida, dentre outros fatores, à revisão de parâmetros (índices inflacionários, massa salarial, preço do petróleo e taxas de

juros e câmbio) e às reestimativas da arrecadação com repatriação de recursos e com o Programa de Regularização Tributária (Medida Provisória 783/2017). Foi considerada, ainda, a estimativa de aumento da receita de concessões e permissões em decorrência de antecipação do pagamento da outorga do Aeroporto do Galeão.

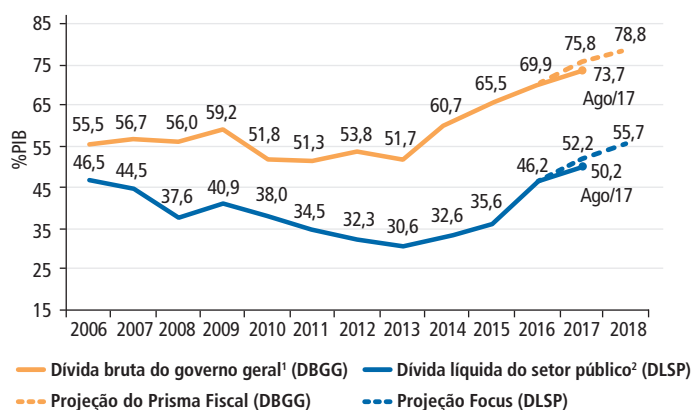
Pelo lado da despesa, destaca-se o crescimento de R\$ 1,2 bilhão na estimativa de pagamento de abono salarial e seguro-desemprego e de R\$ 2,2 bilhões nas despesas para

garantir o cumprimento do mínimo constitucional da Saúde.

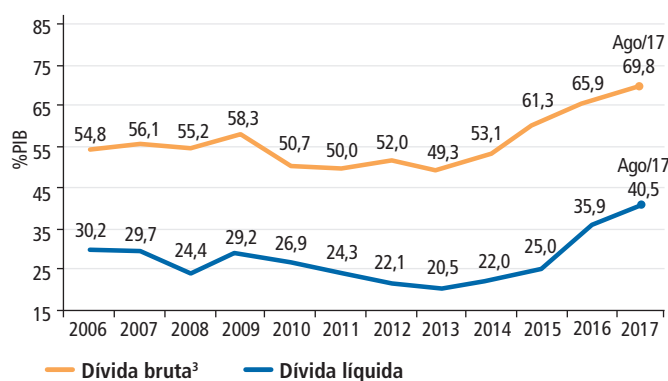
Editado o Decreto 9.164/2017, encontram-se contingenciados R\$ 39,3 bilhões da dotação atualizada até o mês de setembro, conforme detalhamento do gráfico, o que equivale a 27,0% das despesas discricionárias autorizadas do Poder Executivo, que correspondem a R\$ 145,7 bilhões.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a ago/2017



Governo Federal - 2006 a ago/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de setembro de 2017 e Relatório Focus de 29/09/2017. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

Até agosto, a dívida bruta do governo geral (DBGG) cresceu 0,6 p.p. em relação ao fim de julho de 2017 e alcançou 73,7% do PIB (R\$ 4,8 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 50,6% do PIB (R\$ 3,3 trilhões), e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,9% do PIB (R\$ 1,2 trilhão). A dívida mobiliária federal interna totalizou R\$ 3,3 trilhões (50,8% do PIB) em agosto, registrando acréscimo de R\$ 61,5 bilhões em relação a julho. O resultado refletiu emissões líquidas de R\$ 32,0 bilhões, acréscimo de R\$ 0,1 bilhão em razão da depreciação cambial e incorporação de juros de R\$ 29,4 bilhões.

Os resultados fiscais deficitários do mês de agosto, comentados nos itens A a C, mantêm a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de setembro, a DBGG deve alcançar 75,8% do PIB ao final deste ano e 78,8% do PIB ao término de 2018.

A dívida líquida do setor público (DLSP) alcançou 50,2% do PIB (R\$ 3,2 trilhões) em agosto, aumentando 0,5 p.p. em relação ao mês anterior. No ano, a elevação de 4,0 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 4,2 p.p.), do déficit primário (aumento de 0,9 p.p.), do reconhecimento de dívidas (aumento de 0,1%), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,5 p.p.), da variação cambial acumulada de 3,4% (aumento de 0,5 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,3 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 0,5 p.p. em agosto de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 69,8% do PIB (R\$ 4,5 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal aumentou 0,6 p.p. no período e registrou 40,5% do PIB (R\$ 2,6 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal